

# Jornal do Professor

**Adufg**  
SINDICATO

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO III- Nº 24 - AGOSTO DE 2015

EDITORIAL

## Tempos sombrios

Não há para onde olhar, não há para onde correr. Tudo parece muito sombrio e caótico. A cada semana, uma nova informação joga por terra os anseios mais elementares dos cidadãos. A democracia parece desmoronar. Trinta anos depois da redemocratização, o país parece ter perdido o seu prumo. O ambiente político embaralha-se cada vez mais. O que se vê é estarrecedor. O cidadão bate cabeça, já não entende o que passa na terra do Brasil. Parece que estamos no purgatório à procura de uma saída, de uma luz.

Aqui na UFG, o reitor Orlando Amaral expõe a triste situação financeira da instituição que dirige. Desde o início do ano, as verbas de manutenção estão bloqueadas. Reuniões foram realizadas no Ministério da Educação em Brasília e, ao que tudo indica, poucas são as alternativas. Uma tristeza só.

Nós professores, sempre tentamos fazer análise de conjunturas, tentamos explicar o enigma da situação político-econômica atual. Análise e mais análises de todos os segmentos ideológicos: à esquerda e à direita. Muita tinta é desperdiçada na tentativa de fazer valer a sua explicação, sua interpretação de um momento que nos desencanta a todos. Mesmo aqueles analistas mais ponderados e com muitas informações são atropelados pelas enxurradas de lodo que esguicha dos lamaçais. Todos os dias.

A mídia tradicional brasileira se contorce de prazer e orgasmo nos jornais, na televisão, no rádio e nas redes sociais, com suas manchetes sobre um Brasil de "rastros a caminho do caos". Apostam e investem no quanto pior melhor. De graça o poder ou os poderes entregam às mídias as carniças de que se alimentam para espalharem o enxofre.

Talvez, o melhor para todos nós professores seria transformar as nossas certezas, ou incertezas, num grande abraço de solidariedade, porque no fundo todos queremos sair desse purgatório que nos colocaram.

Grande abraço a todos os colegas professores da UFG.

**Contato com a redação**

(62) 3202-1280

jornaldoprofessor@adufg.org.br

Fábio Alves



**RAINHA DAS ABELHAS** - Maria José Almeida (Cepae) ministra disciplina especial sobre inseto **Página 12**

## UFG sem R\$ 20 mi para pagar contas

Sem recursos adicionais do governo, universidade não terá de onde tirar dinheiro para contas de energia elétrica, telefonia, material de trabalho e reagentes em setembro.

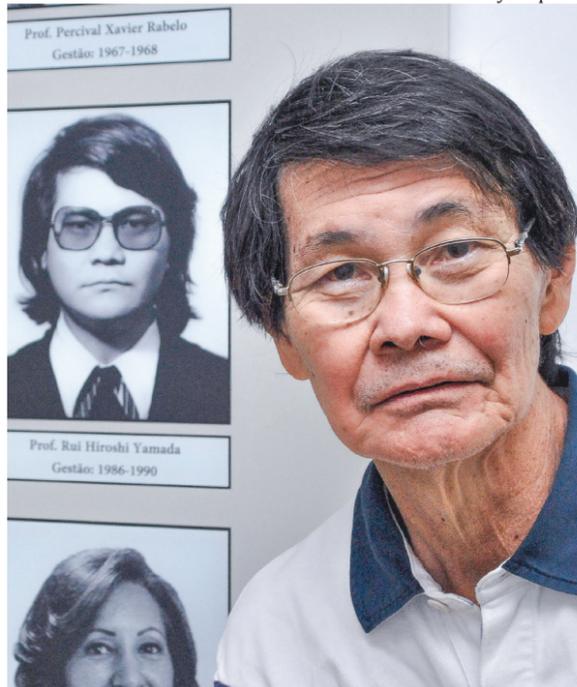
Administração já cortou terceirizados, passagens aéreas, diárias, cancelou o Espaço das Profissões. Apesar do cenário, reitor Orlando Amaral é otimista quanto ao futuro.

**Páginas 8 e 9**

## Greve continua sem prazo definido

Não avanço nas negociações leva docentes a estenderem paralisação - **Página 10**

Macloys Aquino



## ◀ A FF na memória de Rui Hiroshi Yamada

Após 20 da aposentadoria, Rui Hiroshi Yamada revisita Faculdade de Farmácia, se depara com desconhecidos e reencontra antigos colegas. Unidade completa 70 anos.

**Páginas 15 e 16**

**SAÚDE MENTAL**

## Quase 80 docentes afastados em 5 anos

**Página 11**



**Gil Vicente Reis  
de Figueiredo\***

# O Plano Nacional de Educação sairá do papel?

O Plano Nacional de Educação (PNE) representou um passo à frente para os que defendem educação pública, inclusiva e de qualidade, embora apresente algumas lacunas importantes e abre espaço, em diversos pontos, para o avanço de interesses dos que querem fazer da educação um negócio – o que só a força política da sociedade civil organizada poderá deter. Mas para que o PNE deixe de ser discurso e passe a constituir realidade, é indispensável a disponibilização de recursos públicos para que seja possível implementar suas metas.

Superar as desigualdades e injustiças que vigoram na educação exigirá a destinação de orçamento anual da ordem de 10% do PIB, a ser alcançado na próxima década, conforme o PNE, o que demandará a definição de fontes de recursos suplementares àquelas que hoje existem, de forma a suprir montante adicional de pelo menos 4% do PIB.

O esforço a ser empreendido terá que considerar os desequilíbrios de oferta de ensino público de qualidade e as fortes disparidades vigentes – por região, por raça, por renda e no eixo cidade/campo, dentre outras, bem como o fato de que certos níveis de ensino têm sido mais relegados ao descaso do que outros.

A quantidade de recursos necessários para isso pode ser calculada por nível de ensino, de acordo com as metas estabelecidas pelo PNE e, também, levando em conta as projeções populacionais feitas pelo IBGE para os próximos 10 anos, bem com os custos aluno-qualidade, em cada nível, conforme estudos cuidadosos que vêm sendo realizados por diversas entidades – dentre as quais a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e o Proifes-Federação.

Para que o PNE possa acontecer, é preciso que a sociedade brasileira se convença, de forma hegemônica, de que a educação é fundamental para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do País e, também, de que é a única via efetiva para que sejam superadas as brutais desigualdades que há séculos assombram a nossa história.

A escala de recursos adicionais a obter é gigantesca – quase R\$ 250 bilhões anuais (números de 2014) – e só será alcançada se for possível canalizar montantes de vulto, que não devem e nem poderão vir da aplicação de mais impostos sobre o cidadão comum, já onerado em excesso, mas, sobretudo, de taxações, royalties e outros mecanismos que incidam sobre os detentores da maior parte da riqueza nacional, concentrada nas mãos de muitos poucos.

Uma vez disponibilizados os recur-

sos – se isso vier a acontecer – teremos um segundo nível de embate e de disputa, tão difícil quanto o primeiro: esse dinheiro terá que ser canalizado para a educação pública de qualidade e, mais uma vez, a sociedade brasileira terá que estar convencida desse princípio. Do contrário, é certo que o setor privado, em especial aqueles que tratam a educação a partir da ótica do lucro, buscará abocanhar parte significativa dos novos recursos, sem a necessária contrapartida de qualidade ou de valorização da profissão de professor. Eis as alternativas.

“ A ESCALA DE RECURSOS ADICIONAIS A OBTER É GIGANTESCA E SÓ SERÁ ALCANÇADA SE FOR POSSÍVEL CANALIZAR MONTANTES DE VULTO QUE NÃO DEVEM VIR DA APLICAÇÃO DE MAIS IMPOSTOS SOBRE O CIDADÃO ”

**Petróleo: Fundo Social, royalties e participações.** A partir de todas as informações e previsões razoáveis que são possíveis se fazer hoje, a destinação de recursos do petróleo à educação, embora importantíssima, é absolutamente insuficiente para fazer face às necessidades do setor na próxima década.

**Ampliar as vinculações constitucionais de 18% para 25%** da vinculação mínima de recursos da União a serem destinados à educação. O montante adicional assim obtido seria da ordem de 0,60% do PIB/ano, a partir da implantação.

**Elevar os royalties sobre a exploração mineral.** Nos debates de um novo marco regulatório poderia ser aumentada substancialmente a CFEM (Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais), de

forma a elevar a arrecadação dos atuais R\$ 2,5 bilhões/ano para R\$ 15 bilhões/ano – 0,3% do PIB / ano.

**Instituir contribuição sobre movimentação financeira,** em especial a especulativa, o que geraria um adicional de 1,4% do PIB / ano (parte a destinar à educação e o restante à saúde).

**Regulamentar o Imposto Sobre Grandes fortunas.** O Projeto de Lei Complementar 48/2011, se aprovado, renderia cerca de R\$15 bilhões, um adicional de 0,3% do PIB / ano. 70% desses recursos viriam de fortunas superiores a R\$ 116 milhões. No Brasil, em 2012, 901 pessoas, ou 4 milionésimos da população brasileira, com riqueza média de R\$620 milhões cada uma, detinham juntas fortuna equivalente a 13% do PIB. É evidente que um país com esse absurdo grau de desigualdade, no tocante à distribuição de riquezas, não pode ser capaz de proporcionar educação pública de qualidade para todos os brasileiros.

**Reforma Tributária.** É essencial redefinir o perfil da carga tributária no Brasil, aumentando as contribuições provenientes da renda e da propriedade.

Neste ano de 2015, imediatamente posterior à realização da Conferência Nacional de Educação (Conae) e à aprovação do PNE, o que se vê é um governo que, em vez de honrar seus compromissos de campanha, ampliando recursos para a educação, reduz-se à retórica do ‘Pátria Educadora’, enquanto, ao mesmo tempo, propõe e promove o contingenciamento das verbas na área, inviabilizando a consecução concreta de metas que foram construídas após muitos anos de debates em que participaram milhões de brasileiros.

Por outro lado, a soma dos recursos adicionais provenientes dos itens aqui listados é de cerca de 4% do PIB/ano – um montante da ordem de grandeza daquilo que é necessário para implantar no Brasil uma educação pública universal, gratuita e de qualidade, em todos os níveis.

Assim, é certo que a consecução integral do PNE é um sonho possível, mas que, seguramente, demandará o acompanhamento permanente e cuidadoso da sociedade brasileira, bem como fortíssima mobilização popular: isso só acontecerá se forem enfrentados e vencidos os poderosos interesses dos poucos que detêm injustamente a maior parte da riqueza deste País.

\*Professor Associado 4 da UFSCar e diretor de Relações Internacionais do Proifes-Federação.



Noé Freire Sandes\*

# À sombra do golpe

O passado sempre se dobra à ação situada no presente. Há um passado que habita a nossa experiência cotidiana e dele não podemos prescindir, pois está colado, como uma sombra, aos nossos hábitos e demandas rotineiras. No entanto, há um passado inabitado que acumula um conjunto de experiências perdidas no tempo, mas nem por isso carentes de sentido. Em certos momentos, peças deslocadas de um antigo quebra-cabeça podem iluminar o presente. Na atual crise que ronda o país, talvez seja útil remontar algumas imagens perdidas no tempo no intuito de entrever algum sentido para a experiência política contemporânea.

A oposição golpeou o governo de Getúlio Vargas em 1945 e em 1954, mas não colheu o tão esperado resultado. O golpismo, como qualquer ação voltada para a ruptura política, não deixa de ser uma aventura. A aposta na vitória eleitoral do Brigadeiro Eduardo Gomes, em dezembro 1945 – dois meses após a deposição de Vargas – foi um fracasso. Em 1950, o Brigadeiro sofreu novo revés, com o retorno de Vargas ao Catete. Jânio Quadros, fenômeno político, se apequenou diante da falta de base parlamentar. Renunciou. Mais uma vez a UDN apostou errado. Errou também ao apostar no golpe que defenestrou o governo Goulart, em 1964. Os militares mudaram a regra do jogo e os partidos políticos foram tragados pelo Ato Institucional nº 2 (AI 2).

No final da década de 1980, a transição democrática operou com maior precisão. A esperada mudança se fez a partir do conjunto das forças políticas, com o cuidado de não ferir a suscetibilidade do regime militar. O pacto conservador foi vitorioso na passagem, ainda que parcial, do poder para os civis. Entretanto, restava domar a forte crise econômica que atravessou a década seguinte. A crise do impeachment do governo Collor também foi enfrentada com o uso das ferramentas institucionais.

A aventura do golpista novamente domina a atmosfera política. Avaliações do cenário político apontam para as possibilidades do impeachment do governo Dilma e suas consequências. Ganharia

o PMDB ou o PSDB, ou ambos se uniriam para formar o futuro governo? E de que modo esses partidos enfrentariam a herança de crise econômica e política que a própria oposição cuida em aprofundar? A experiência udenista pode servir de bússola para a ocasião. Finalmente, o Partido dos Trabalhadores e seu principal

líder não estão tão mortos quanto a oposição desejaria. Por outro lado, há uma descrença geral no sistema político. Falta um fiador, com suficiente patrimônio político, para dar o aval à aventura do golpe. A experiência golpista, tão comum na história republicana, aponta para o risco a ser enfrentado por um governo com escassa legitimidade: o teste das urnas ou, pior, a ausência delas.

Aventura é sinônimo de risco. O previsível é mera abstração, entretanto, o salto no escuro exige paixão e ousadia no intuito de produzir um sentimento coletivo de adesão a um projeto de nação. No cenário atual, não se vislumbra nada nesse sentido. Paira no ar a imagem do parlamento – e de suas principais lideranças – enredado em negócios escusos. Do outro lado, é possível divisar a luta solitária da presidente Dilma na defesa de sua honra, de seu governo e de um projeto político. Há um laço evidente entre os dois termos: honra e governabilidade. Falar em honra nos dias atuais pode soar estranho. Finalmente, em nome do pragmatismo a política abandonou a honra como valor.

O envolvimento da presidente em desvios, se devidamente comprovado, torna o impeachment incontornável e lança uma sombra escura em um projeto político que perdeu o fio da meada de sua própria história. Em situação inversa, a presidente Dilma terminará o seu mandato e há espaço para a redefinição do quadro. A experiência do passado, mesmo como resíduo, pode ser

um indício de que a oposição não colherá o fruto da tormenta que tão cuidadosamente plantou.

“ NA ATUAL CRISE QUE RONDA O PAÍS, TALVEZ SEJA ÚTIL REMONTAR ALGUMAS IMAGENS PERDIDAS NO TEMPO NO INTUITO DE ENTREVER ALGUM SENTIDO PARA A EXPERIÊNCIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA ”

“ (COM O IMPEACHMENT DE DILMA) GANHARIA O PMDB OU O PSDB, OU AMBOS SE UNIRIAM PARA FORMAR O FUTURO GOVERNO? COMO ESSES PARTIDOS ENFRENTARIAM A HERANÇA DE CRISE ECONÔMICA E POLÍTICA QUE A PRÓPRIA OPOSIÇÃO CUIDA EM APROFUNDAR? ”

“ FALTA UM FIADOR, COM SUFICIENTE PATRIMÔNIO POLÍTICO, PARA DAR O AVAL À AVENTURA DO GOLPE. A EXPERIÊNCIA GOLPISTA, TÃO COMUM NA HISTÓRIA REPUBLICANA, APONTA PARA O RISCO A SER ENFRENTADO POR UM GOVERNO COM ESCASSA LEGITIMIDADE ”

\*Professor Titular da Faculdade de História (FH)

## Saúde não tira férias

O Espaço Saúde da Adufg Sindicato esteve a todo vapor em julho. As atividades continuaram e, apesar das férias, docentes e dependentes não deixaram de usufruir dos serviços de RPG, Pilates e Nutrição.

Funcionando de segunda à sexta-feira, das 7h às 19h, o Espaço Saúde tem objetivo de melhorar a saúde e bem-estar dos professores filiados. Os custos das atividades são ajustados e estão de acordo com a tabela de valores abaixo.

### PILATES

Valor Fixo  
por mês

Uma aula por semana	R\$ 50
Duas aulas por semana	R\$ 100
Três aulas por semana	R\$ 150

### RPG

Valor Fixo

10 sessões	Gratuitos*
Pacote com 10 sessões	R\$ 300
Uma sessão	R\$ 50

### NUTRIÇÃO

Valor Fixo

Consulta + retornos até 60 dias após a consulta	R\$ 100
---	---------

\*As sessões gratuitas são validas pelo período de um ano, que é contado de outubro a setembro

### “Eu recomendo”



Fotos: Fábio Alves

“O serviço é ótimo. A Daniela (Barcelos, professora de pilates pelas manhãs) é excelente. Uma profissional competente. As aulas são bem executadas e bem planejadas. Ela não passa uma sequência única e repete para todas as alunas. É tudo pensado de acordo com cada aluna. Ela sempre corrige a nossa postura. Quanto ao espaço, é muito eficiente. Já fiz pilates em outros lugares. Aqui temos um verdadeiro estúdio, com equipamentos novinhos. Só acho que poderia ter mais espelhos, como na parede em que fica o ar condicionado.”

**Luclécia Dias Nunes (Cepae)**



“Sinto minha postura e respiração melhores. Já tem dois meses que estou nas aulas de pilates. Gosto muito e só tenho elogios ao espaço, com os aparelhos novos e a professora.”

**Divina Marques (FIC)**



“A fonoaudióloga (Juliana de Magalhães) é maravilhosa. Tem seriedade e competência. É interessada em nossas questões, se engaja e pesquisa. O espaço foi uma grande ideia. É muito funcional para nós, professoras. Isso é bom, muitos serviços no mesmo lugar e bem mais acessíveis.”

**Luzia Rodrigues (Cepae)**

18ª Diretoria Executiva  
Sindicato dos Docentes das  
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva  
Presidente

Daniel Christino  
Vice-presidente

Edsaura Maria Pereira  
Diretora Secretária

Bartira Macedo  
Diretora Adjunta Secretária

Anderson de Paula Borges  
Diretor Administrativo

Thyago Carvalho Marques  
Diretor Adjunto Administrativo

Ana Christina de Andrade Kratz  
Diretora Financeira

Luciana Aparecida Elias  
Diretora Adjunta Financeira

Peter Fischer  
Diretor para Assuntos dos  
Aposentados e Pensionistas

Maria Auxiliadora de  
Andrade Echegaray  
Diretora Adjunta para  
Assuntos dos Aposentados  
e Pensionistas

## Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO  
DOS DOCENTES DAS  
UNIVERSIDADES  
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO III - Nº 24  
Agosto de 2015  
Editor e idealizador do projeto  
Prof. Juarez Ferraz de Maia

Editora responsável  
Alessandra Faria (JP01031/GO)

Editor e repórter  
Macloys Aquino (FENAJ 02008/GO)

Diagramação  
Bruno Cabral

Repórter  
Fábio Alves

Publicação mensal

Tiragem  
3.000 exemplares

Impressão  
Cegraf UFG

Contato  
[jornaldoprofessor@adufg.org.br](mailto:jornaldoprofessor@adufg.org.br)

9ª Avenida, 193, Leste Vila  
Nova - Goiânia - Goiás

Fone: (62) 3202-1280  
Produção e edição  
Assessoria de Comunicação  
da Adufg Sindicato

## Debate sobre carreira e salários no XI Encontro Nacional do Proifes

O XI Encontro Nacional do Proifes-Federação, realizado em Brasília de 09 a 12/07, aprofundou o debate sobre reestruturação da carreira docente, salários para 2016-2018, valorização do professor, corte de recursos para o Proap, expansão da rede federal de educação e alternativas para financiar o projeto educacional do Brasil.

Pela Adufg Sindicato participaram o professor Abrãao Garcia Gomes, delegado eleito e membro do Conselho Deliberativo (CD); a professora Eliane Leão, também delegada eleita por votação; o professor Flávio Alves da Silva, Diretor-Presidente da Adufg Sindicato e delegado da Diretoria Executiva; a professora Ana Christina Kratz, Diretora Financeira da Adufg Sindicato e membro do

CD; a professora da Regional Jataí, Luciana Aparecida Elias, Diretora Adjunta Financeira da Adufg Sindicato e delegada eleita; o professor Peter Fischer, Diretor para Assuntos Aposentados e Pensionistas como observador; além dos professores Romualdo Pessoa Campos Filho e Ormezinda de Melo Gervásio, membros da comissão de apoio da Adufg, como observadores.

Considerando a difícil negociação com o Governo Federal e a atual conjuntura, os delegados rejeitaram a proposta do governo, reafirmaram a proposta original do Proifes e reiteraram disposição de negociar. O Conselho Deliberativo será o espaço para o acompanhamento da negociação da proposta, como instância máxima da federação.

# RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG e de questões jurídicas sobre o magistério superior

## 'GREVE CONTRA AJUSTE NÃO TEM FIM'

Secretário executivo do Ministério da Educação (MEC), Luís Cláudio Costa disse que greve contra ajuste fiscal não tem fim. Segundo ele, o governo enfrenta a necessidade de ajuste para recolocar a economia em ordem, por causa da diminuição do crescimento do Brasil, reflexo da crise mundial. É o mesmo entendimento da Associação Nacional dos Dirigentes das Iões (Andifes), que acredita em prazo para que as coisas voltem ao eixo. Prazo, porém, incerto: no primeiro semestre, a projeção de retomada era 2016. A esperança agora está concentrada em 2017.

### Mais prejudica

Professor de História da UFF (Federal Fluminense), Daniel Aarão disse em entrevista a jornal de circulação nacional que a greve mais prejudica que fortalece a universidade.

### Por três motivos

São ineficazes, pois esvaziam escolas ao invés de mobilizá-las; são antiéticas, já que professores continuam pagos durante a greve; e são injustas, porque só paralisam a graduação.

### Outras lutas

Ele critica a atual situação da carreira e as más condições de trabalho. Mas "advogamos formas de luta alternativas, as ruas, as discussões, idas a Brasília, a imprensa", disse.

### Enquanto isso

Sete universidades federais em dificuldades financeiras, e conseqüentemente administrativas, decidiram não iniciar o segundo semestre no início de agosto. Suspenderam todas as atividades acadêmicas.



Fotos: Fábio Alves

## Índios se manifestam na reitoria

Grupo de indígenas se manifesta com danças em frente à reitoria enquanto comissão se reunia com o reitor Orlando Amaral para reivindicar melhorias em bolsas e moradias, no fim de julho passado. Leia sobre a Licenciatura Intercultural Indígena na página 13.

### Andifes calada

Do presidente da Adufg Sindicato, Flávio Alves da Silva: "A Andifes está calada. Tem que ter uma postura mais forte, afinal são todos professores. Mas não. Aceita de forma passiva as imposições do governo."

### Marajás

Quase mil professores e técnicos ganham salários acima de R\$ 21,6 mil na Unicamp, o teto estadual. Dois ganham mais de R\$ 60 mil, mostrou *O Estado de S. Paulo*, em julho.

### E na UFG?

Se disponibilizasse sua folha de pagamento, poderíamos verificar quem são os marajás da UFG. Uma consulta no Portal da Transparência mostra salários de até R\$ 26 mil por aqui.

### Desgratificados

A Regional Catalão pediu há um ano gratificações de função comissionada para quatro coordenadores de mestrado. Até hoje nada.

### Colateral

O anúncio do corte das verbas do Programa de Apoio à Pós-graduação (Proap) reacendeu o debate sobre outras fontes de financiamento aos PPGs, inclusive a iniciativa privada.

### Exemplo

Nos moldes da UFG, a UFMG aprovou, em julho, o uso do nome social em registros da vida acadêmica, para os casos em que o nome civil não reflete identidade de gênero.

### Debate virtual

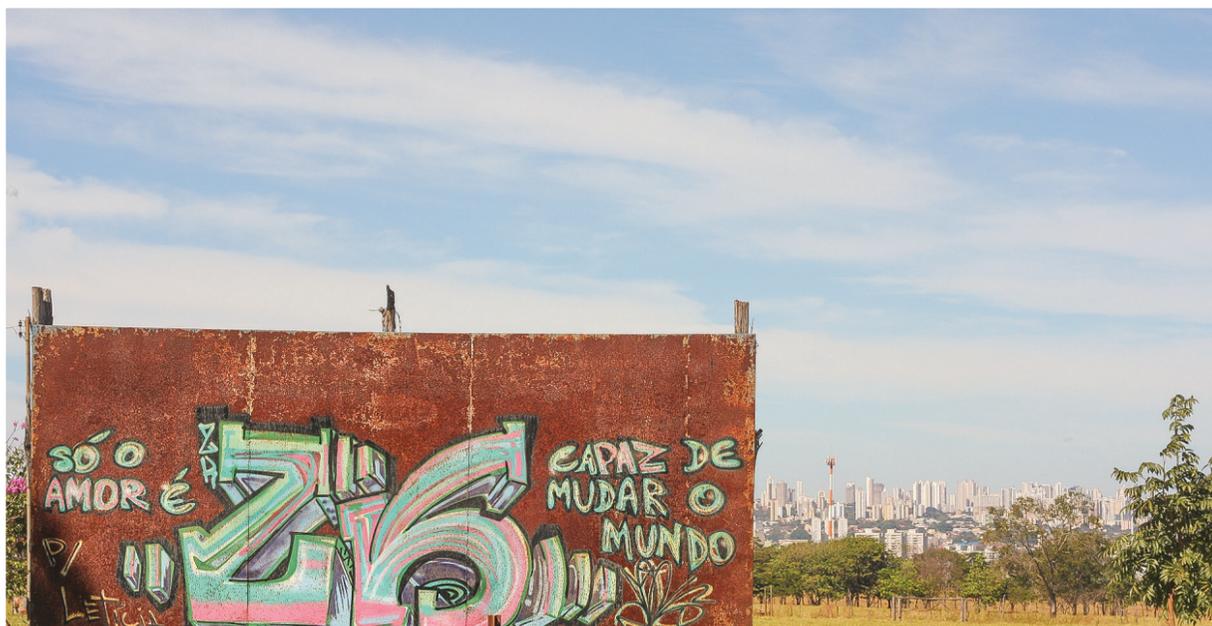
Docentes antecipam discursos de assembleia, discutem os cenários local e nacional, brigam e se afagam no grupo "Fórum de Professores da UFG", no *Facebook*.

### Desvalorização

O governador Marconi Perillo autorizou, por decreto em junho, a UEG a contratar 102 docentes temporários com salários de R\$ 1 mil.

### Aqui não

A Justiça do Trabalho julgou ilegal qualquer atividade sindical do Andes em Santa Catarina, sob multa diária de R\$ 10 mil em caso de descumprimento.



## Amor X Ciência

Indicado ao Nobel da Paz 2015, o psiquiatra chileno Claudio Naranjo defende que professores se dediquem mais ao desenvolvimento humano, menos à incorporação de conhecimentos. Ele propõe desenvolver competências existenciais, não técnicas. Amor ao próximo, amor aos ideais, amor a si, consciência do presente, desapego e autoconhecimento entre elas. "Essas competências têm sido negligenciadas ao longo dos anos", disse em entrevista à Revista Educação. A propósito, "só o amor é capaz de mudar o mundo", diz pichação em placa que se deteriora em frente à Emac.

# Adufg prestação de contas

## Maio de 2015

1- Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros	
1.1- Contribuição Filiados - Mensalidades	242.584,24
1.2- Ingressos, Eventos e Festas	0,00
1.3- Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.685,45
1.4- Receitas Financeiras Líquidas	0,00
1.5- Outras Receitas	2.021,50
1.6- Resgate de aplicações financeiras	0,00
<b>Total R\$</b>	<b>246.291,19</b>

2- Custos e Despesas Operacionais	
2.1- Despesas com Pessoal	
2.1.1- Salários e Ordenados	35.567,16
2.1.2- Encargos Sociais	39.379,65
2.1.3- Seguro de Vida	361,54
2.1.4- Outras Despesas com Pessoal	6.834,37
2.1.5- Ginástica Laboral	788,00
2.1.6- Repasse do empréstimo de funcionários	400,05
2.1.7- Férias, 13º salário e Rescisões	33.384,35
2.1.8- PIS s/ Folha de Pagto.	715,69
<b>Total R\$</b>	<b>117.430,81</b>

2.2- Serviços Prestados por Terceiros	
2.2.1- Cessão de Uso de Software	1.623,57
2.2.2- Despesas com Correios	2.935,51
2.2.3- Energia Elétrica	2.614,64
2.2.4- Honorários Advocáticos	7.920,00
2.2.5- Honorários Contábeis	2.758,00
2.2.6- Locação de Equipamentos	498,60
2.2.7- Serviços Gráficos	1.048,61
2.2.8- Honorários de Auditoria	1.056,90
2.2.9- Tarifas Telefônicas e Internet	2.269,93
2.2.10- Conf. de Faixas/Adesivos/ Banner	440,00
2.2.11- Hospedagem e manutenção de site	240,69
2.2.12- Vigilância e Segurança	478,80
2.2.13- Comunicação/Rádio/TV/Jornal	0,00
2.2.14- Honorários Jornalísticos	0,00
2.2.15- Serviços de Informática	1.000,00
2.2.16- Outros Serviços de Terceiros	4.160,02
2.2.17- Água e Esgoto	279,52
<b>Total R\$</b>	<b>29.324,79</b>

2.3- Despesas Gerais	
2.3.1- Combustíveis e Lubrificantes	2.410,51
2.3.2- Despesas com Coral	9.736,59
2.3.3- Diária de Viagens	4.442,50
2.3.4- Tarifas Bancárias	141,95
2.3.5- Lanches e Refeições	1.812,15
2.3.6- Quintart	8.016,83
2.3.7- Patrocínios e doações	2.476,89
2.3.8- Manutenção de Veículos	140,00
2.3.9- Festas/Reuniões	150,00
2.3.10- Passagens Aéreas e Terrestres	89,99
2.3.11- Gêneros de Alimentação e Copa	524,88
2.3.12- Despesas com a Sede Campestre	9.393,55
2.3.13- Hospedagens Hotéis	1.344,00
2.3.14- Material de expediente	1.095,90
2.3.15- Festa Final de ano e natalinas	0,00
2.3.16- Outras despesas diversas	2.747,20
2.3.17- Manutenção e Conservação	2.436,95
2.3.18- Homenagens e Condecorações	0,00
2.3.19- Despesas com Sede Adm. Jataí	457,48
2.3.20- Despesas com curso de inf. para aposentados	0,00
2.3.21- Despesas com construção Sede Campestre	0,00
2.3.22- Cópias e autenticações	1.603,65
2.3.23- Sabadart Jataí	3.259,32
<b>Total R\$</b>	<b>52.280,34</b>

2.4- Despesas Tributárias e Contribuições	
2.4.1- IR s/ Folha de Pagto	2.722,68
2.4.2- CUT-Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.4.3- Proifes-Fórum de Professores	21.784,92
2.4.4- Outras Desp. Tribut. e Contribuições	1.211,89
<b>Total R\$</b>	<b>25.719,49</b>

2.5- Repasses e Aplicações	
2.5.1- Repasse para C/C Fundo Social	9.682,19
2.5.2- Aplicação CDB	100.000,00
<b>Total R\$</b>	<b>109.682,19</b>

**Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$** 334.437,62

**3- Resultado do exercício 05.2015 (1-2)** -88.146,43

4- Atividades de Investimentos	
4.1- Imobilizado	
4.1.1- Construções e Edificações	0,00
4.1.2- Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3- Veículos	0,00
4.1.4- Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5- Computadores e Periféricos	3.075,89
4.1.6- Outras Imobilizações	2.715,37
<b>Total R\$</b>	<b>5.791,26</b>

4.2- Intangível	
4.2.1- Programas de Computador	0,00
<b>Total R\$</b>	<b>0,00</b>

**Total Geral dos Investimentos R\$** 5.791,26

**5- Resultado Geral do exercício 05.2015 (3-4)** -93.937,69

Os valores contidos neste relatório estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.



## CARTAS DOS LEITORES

Críticas, sugestões de pauta e comentários >>> [jornaldoprofessor@adufg.org.br](mailto:jornaldoprofessor@adufg.org.br)

*Não ousou discordar da longa reflexão do professor Jefone de Melo Rocha em "Os docentes e seus sindicatos", em artigo publicado na última edição do Jornal do Professor. Ele tem o status de presidente da Comissão Permanente do Pessoal Docente (CPPD) e uma respeitável experiência no meio acadêmico. Ouso sim apresentar esquematicamente uma proposta a respeito da aposentadoria dos antigos professores da UFG, embora lamente a disparidade de salários nas universidades brasileiras.*

*Não me incluo dentre os prejudicados, já que, com proventos de R\$ 2.592, reconheço que minha situação salarial esbarra em normas constitucionais e legais. Mas existem na própria UFG situações estranhas, como professores com salários de R\$ 26 mil, R\$ 27 mil, R\$ 31 mil, beneficiados com incorporações tornadas legais.*

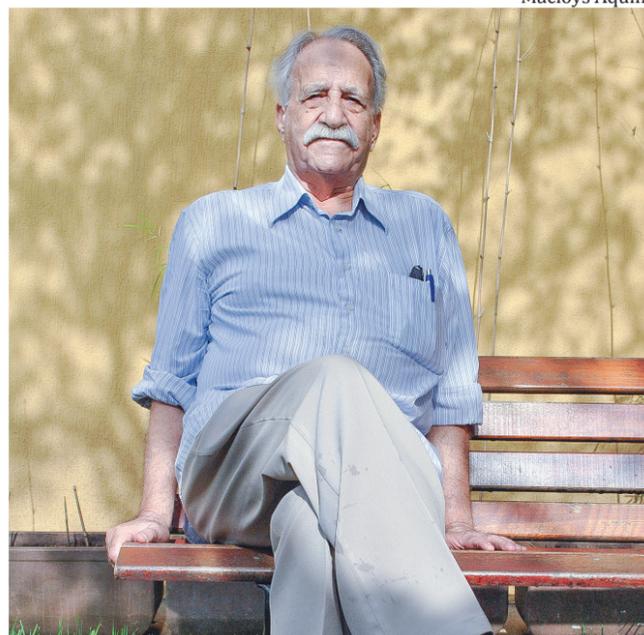
*Os antigos docentes, quer os estatutários (maioria falecida) quer os celetistas (à época), foram transpostos para a categoria funcional de Professores de Ensino Superior, do Grupo Magistério, nos termos do decreto 77.681/76, após se habilitarem a processo seletivo. O critério de fixação desse pessoal teve seu fundamento na Lei 6.182/74.*

*Não seria o caso de se aplicar a esse pessoal, após longa pesquisa, mutatis mutandis, o que era previsto na Lei 6.182, apesar de sua respeitável antiguidade? Assim, por exemplo, os professores titulares e os adjuntos seriam enquadrados ao modo de incentivo funcional como doutores, mesmo que não dispusessem de titulação, ainda que de alta competência científica e didática. O professor assistente seria enquadrado como mestre.*

*A minha proposta seria uma forma de aplicação do que se lê no artigo da doutora Letícia Kolton Rocha, "Extensão do reconhecimento de saberes e competência aos professores aposentados", publicado na revista Adverso (Adufrgs-Sindical), de março/abril 2015.*

*Não me aprofundo na questão por se tratar de uma carta.*

Macloys Aquino



**Hélio Furtado do Amaral**, professor titular aposentado do antigo ICHL e primeiro presidente da Adufg.

*Nossos contracheques não estão chegando, o último que recebemos foi em maio. É pelos contracheques que controlo empréstimos consignados em folha e meus vencimentos. A reclamação não é só minha, mas de várias outros professores. Espero providências da administração da UFG.*

**Myriam Cerqueira**, professora aposentada do ICB.

# Nada detém esses docentes

Recesso, férias, greve: nada é motivo para parar esses professores e professoras que encontramos durante uma volta no Campus Samambaia nas primeiras semanas de julho

Fotos: Fábio Alves



## 'A TV UFG não pode parar'

Professor da Escola de Agronomia, Juarez Patrício (*centro*) também é diretor executivo da Fundação RTVE. Durante julho, as atividades na fundação não param. "Não tenho vice e nem substituto. A tevê não pode parar. Mesmo durante minha semana de férias, folgo apenas nos finais de semana". E durante a greve "não vou ministrar aulas. As atividades administrativas, no entanto, não podem parar, e são as que devem ser feitas."



## A extensão continua

Da Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos (EA), Gabriel Medina tem projeto de extensão sobre o desenvolvimento rural no Vale do Rio Vermelho. "As atividades de extensão continuam. No projeto trabalhamos a cadeia do leite com produtores rurais. Uma grande empresa de leite quebrou e programamos reuniões para dar apoio aos produtores, para lidarem com calote." Sobre a greve, "aqui, na Escola de Agronomia, pouca coisa para. O mestrado, por exemplo, nunca parou."



## Bancas de mestrado

Professora da Escola de Agronomia, Cleonice Borges de Souza ministra aulas com as temáticas de administração rural e empreendedorismo. Durante as primeiras semanas de julho, ela esteve envolvida em bancas de qualificação de mestrado. Mesmo com a greve, planejou normalmente suas aulas do segundo semestre, sem alteração de agenda. "Não sei como será".



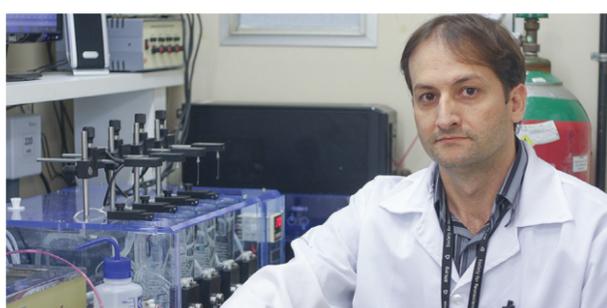
## Ocupada com TCCs

Professora da Engenharia de Alimentos, Clarissa Damiani estava ocupada e teve pouco tempo para nos receber. Aceitou a breve conversa e disse estar atarefada com trabalhos de conclusão de curso de alunos, com sua produção acadêmica e o planejamento de aulas para o segundo semestre.



## Tempo extra

A professora de Bioquímica do ICB Raphaella Georg (*centro*) aproveitou as férias dos alunos de graduação para se dedicar à pesquisa de análise da adaptação do fungo *Trichoderma* à presença de metais presentes no solo do Cerrado. "Nesse período tenho tempo extra, sem algumas atividades docentes e burocráticas. Na pesquisa biológica precisamos de tempo". No laboratório, a professora era acompanhada pelas estudantes Stéphanie Naoum e Aline Raquel.



## 'A gente é sobrecarregado'

Além de docência e pesquisa, o professor de Farmacologia do ICB Paulo Cesar Ghedini acumula diversas funções. É coordenador de pós-graduação e se desdobra para orientar alunos de mestrado e doutorado. "A gente é sobrecarregado. Fazemos de tudo por aqui. Se for preciso, de matrícula de aluno à faxina". Paulo leva trabalho para casa. "As 40 horas semanais são só no papel. A gente trabalha umas 100 horas por semana". Nas férias, o professor dedicou tempo a duas bancas de mestrado e à pesquisa de substâncias vasoativas.



## 'Muita coisa pra fazer'

Ernani Damião estava quase encoberto por papéis em sua sala no Instituto de Física. Ainda de costas, voltado ao computador, aceitou rápida conversa: "Tenho muita coisa pra fazer". "Quando tenho tempo livre, logo me ocupo com coisas mais importantes do que com arrumação", explicou o motivo do que chamou de bagunça. É nas férias da graduação que começa a pesquisa. "No meio do semestre não tem muito tempo. O trabalho que a gente desenvolve (dando aula) é imprevisível, demanda tempo. Sempre surgem novas questões".

# UFG só se mantém até setembro, diz Orlando

*Os impactos do corte de R\$ 9 bilhões do orçamento do MEC aplicados no início do ano já são sentidos na UFG, que demitiu terceirizados, reduziu a prestação de serviços à universidade, cortou gastos com passagens aéreas, cancelou o Espaço das Profissões. Mas o pior deve vir em setembro, quando a UFG não terá de onde tirar R\$ 20 milhões para bancar custos administrativos, contas de energia elétrica, telefonia, material de trabalho, reagentes de laboratórios. As informações são do reitor Orlando Afonso Valle do Amaral. "A reivindicação por um reajuste (salarial, pelos docentes) é perfeitamente justa, mas pensando do ponto de vista do cenário, a limitação do governo é grande", disse Orlando também sobre a greve. Continue lendo nesta entrevista exclusiva ao **Jornal do Professor**.*

Fotos: Fábio Alves

**Jornal do Professor - A UFG vai aplicar corte de 10% no custeio. O que é que vai ficar sem pagar?**

**Orlando Amaral** - O corte estabelecido pela equipe econômica do governo federal na Educação é da ordem de R\$ 9 bilhões em 2015. Isso implicou no corte nos programas vinculados às universidades federais nessa ordem, 10% de custeio e 47% em investimento. Isso se soma ao fato de que no ano passado não recebemos o valor integral do orçamento. Algumas contas de 2014 foram pagas com o orçamento de 2015 e esse orçamento de 2015 foi cortado em 10% na parte de custeio.

**JP - Por que tem esse resto a pagar?**

**Orlando** - O governo cumpre o orçamento, que é autorizativo e não impositivo, à medida da arrecadação. No ano passado, já havia declínio na arrecadação. Então o governo não cumpriu integralmente o que estava estabelecido no orçamento de 2014. Nesse ano, sabendo que a arrecadação não seria superada no período, fez o corte: R\$ 70 bilhões de maneira geral e R\$ 9 bilhões nas contas do MEC. Nossa situação se agravou nesse ano. A pendência de 2014 sendo paga com recurso de 2015 e algumas tarifas cresceram muito, como a de energia elétrica, que em Goiás cresceu na ordem de 50%. Todos os contratos assinados como de vigilância, motoristas, manutenção, tiveram majoração de tarifas. Tudo isso implica em dificuldade da universidade honrar as contas. A partir de setembro, teremos dificuldades de fazer os pagamentos previstos.

**JP - Pode haver mais cortes dos terceirizados?**

**Orlando** - Já fizemos. Reduzimos o número de postos de serviço nos contratos de vigilância, limpeza, recepcionistas, motoristas. Adotamos uma política mais restritiva de concessão de diárias e passagens e locação de veículos. O que foi possível economizar, em termos de realocação, já fizemos. E, mesmo assim, não é o suficiente para que a universidade possa honrar seus compromissos até o final do ano.



**JP - A situação é preocupante?**

**Orlando** - É preocupante, mas ao mesmo tempo estamos muito confiantes na resposta do governo. Em função desse cenário mais restritivo, a Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Ifes) tem mantido diálogo estreito com o MEC. O ministério promoveu ao longo de julho reuniões com todos os reitores para saber da situação de cada uma das universidades federais. A partir dessa informação, nossa expectativa é de que o MEC possa levar o pleito à equipe econômica de realocação de recursos adicionais para que as universidades possam cumprir suas atividades acadêmicas e administrativas sem prejuízo. Algum prejuízo vai acontecer. Já está

acontecendo nas nossas atividades. O essencial é que a universidade consiga preservar a essência da nossa atividade. Não é uma situação de exclusividade nossa, da UFG. A maioria das universidades brasileiras passa por dificuldades.

**JP - A UFG tem dimensão exata do que deve pagar até o final do ano?**

**Orlando** - Temos um número que é possível estimar com base na evolução das faturas que pagamos. É um número da ordem de R\$ 20 milhões. Se tivermos R\$ 20 milhões adicionais em nosso orçamento, conseguimos minimamente quitar nossas dívidas até o final do ano.

**JP - E não tem de onde tirar esse dinheiro.**

**Orlando** - Não. Do nosso orçamento, não. Esse recurso teria que vir de uma locação complementar do MEC.

**JP - Tendo por base a experiência de 2014, que repercutiu em 2015, o que pode sobrar para pagar no próximo ano? Como funciona o alinhamento do orçamento com o planejamento?**

**Orlando** - Alguma coisa pode sobrar para 2016. Da mesma forma que deslocamos despesas de 2014 para 2015, pode acontecer se não conseguirmos uma locação adicional do governo no montante que estamos esperando. Pode acontecer de empurrarmos algumas despesas de 2015 para 2016. Nas despesas de dezembro, naturalmente, já fazemos isso. As faturas referentes a dezembro chegam em janeiro e pagamos sempre no ano seguinte. Se não conseguirmos pagar todas as despesas de novembro, também não é muito grave, porque essas faturas chegam no meio de dezembro, então, um atraso de 15 dias não seria tão ruim. O que seria ruim é se ficarmos com despesas de outubro abertas.

**JP - Foi o que aconteceu em 2014?**

**Orlando** - Foi. Nós ficamos com despesas abertas em três meses. Despesas como a da Celg, em que ficamos desde outubro sem pagar



e só quitamos com o orçamento de 2015.

**JP - Tem como avaliar o impacto dessa readequação de despesas na pesquisa e extensão?**

**Orlando** - Ao longo do primeiro semestre, essas medidas de ajuste tiveram impacto muito pequeno nas atividades administrativas e acadêmicas. Praticamente mantivemos todos os nossos apoios, programas, ninguém deixou de viajar ou de participar de bancas. Congressos e cursos foram realizados. No segundo semestre, estamos prevenindo um impacto. As pessoas vão senti-lo. Até porque adotamos medidas mais restritivas. A preocupação mais recente foi em função de um corte anunciado no Proap, nos recursos da pós-graduação. É um recurso que vem no orçamento da universidade, mas vem de forma destacada. Ele não se mistura com o custeio da universidade. A expectativa é de que o governo reveja essa posição e faça locação adicional de recursos, como já prometeu. Caso não aconteça, teremos que usar nossa criatividade para manter as atividades normais. Talvez utilizando, no caso de defesas de dissertações, videoconferências, para evitar gastos com passagens e diárias. Alguns materiais de laboratórios possivelmente não serão adquiridos. Cada programa terá que ver meios alternativos para suprir demandas de insumos, reagentes e materiais de maneira geral. Espero que o governo tenha a sensibilidade de rever um corte dessa magnitude, para que a gente possa manter a pós-graduação com o mínimo de prejuízo possível. Nossa meta é minimizar esses impactos negativos.

**JP - O secretário Luis Cláudio (MEC), numa reunião com o Proifes, falou que na verdade houve 4% de aumento das verbas de custeio das universidades. Essa conta bate?**

**Orlando** - São contas diferentes. O secretário afirmou que se compararmos o orçamento de 2015, mesmo com o corte de 10%, ele ultrapassa o orçamento executado de 2014. Mas essa afirmação não contradiz o corte em 2015. Toda a sociedade sabe que houve um corte de R\$ 9 bilhões na Educação. Claro que ele, como secretário executivo do MEC, quer apresentar números para mostrar que o corte não é tão grande assim. O que tem que se levar em conside-

ração é que o orçamento de 2014 não foi executado em sua integralidade.

**JP - Não se compara orçamento atual com de ano passado...**

**Orlando** - Normalmente não. Ele fez para justificar uma medida do governo. É papel dele dar elementos para que o corte, mesmo concreto e real, pareça não ter um impacto tão negativo. Mas tem falhas na argumentação dele. Uma delas é que o orçamento do ano passado não teve execução integral. Então, a comparação, do meu ponto de vista, não procede.

**JP - Que avaliação o senhor, como docente, faz da proposta do governo para o reajuste da categoria?**

**Orlando** - É um reajuste aquém da inflação. Nesse ano, a inflação talvez atinja 8,5 ou 9%. No ano seguinte, talvez se mantenha nesse patamar. Pode ser que em 2017, 18, ela volte para um nível próximo ao de 2014, na ordem de 6%. Esse acordo por quatro anos está aquém da inflação atual. É um acordo que não vai garantir a reposição das perdas em função da inflação. O que acho que tem que ser considerado é que o cenário da economia do país não permite grandes avanços. O cenário é complicado. O governo tem diminuição de sua arrecadação. A economia está em processo de recessão. O PIB deve cair esse ano, em relação ao ano passado. A margem do governo de fazer uma negociação mais favorável é pequena. Essa compreensão a comunidade deve ter. A reivindicação por um reajuste maior é perfeitamente razoável e justa, mas pensando do ponto de vista do cenário, a limitação do governo é grande.

**JP - Como vê a greve nesse cenário?**

**Orlando** - A greve é um instrumento que pode e é usado pela categoria para fazer pressão, mas sempre traz prejuízos às atividades normais da universidade. É um instrumento que deve ser usado em último caso. A nossa expectativa é que as negociações possam evoluir da melhor forma possível, que não se estendam por um prazo muito longo. O que almejamos é uma negociação com desfecho que atenda a categoria e um movimento grevista com boa dose de equilíbrio, tranquilidade e maturidade nas negociações.

“

NO SEGUNDO SEMESTRE, ESTAMOS PREVENDO UM IMPACTO. AS PESSOAS VÃO SENTI-LO. ATÉ PORQUE ADOTAMOS MEDIDAS MAIS RESTRITIVAS ”

“

A EXPECTATIVA É DE QUE O GOVERNO FAÇA LOCAÇÃO ADICIONAL DE RECURSOS, COMO JÁ PROMETEU. CASO NÃO ACONTEÇA, TEREMOS QUE USAR NOSSA CRIATIVIDADE PARA MANTER AS ATIVIDADES NORMAIS ”

“

A GREVE É UM INSTRUMENTO DA CATEGORIA, MAS SEMPRE TRAZ PREJUÍZOS ÀS ATIVIDADES DA UNIVERSIDADE. É UM INSTRUMENTO QUE DEVE SER USADO EM ÚLTIMO CASO ”

“ O ARROCHO QUE ESTAMOS VIVENDO NAS UNIVERSIDADES NÃO É FUNÇÃO DA CRISE INTERNACIONAL, NADA DISSO. É EFEITO DA EXPANSÃO MAL PLANEJADA. A UNIVERSIDADE INCHOU ”



**Flávio Alves da Silva**  
Presidente da Adufg Sindicato

“ NA GREVE, A GRANDE MAIORIA DOS PROFESSORES VAI PRA CASA. UM PEQUENO GRUPO CONTINUA DANDO AULA E OUTRO GRUPO TRABALHA ALGUMAS IDEIAS ”



**Bryon Richard**  
Professor do IME

“ BOA PARTE DOS PROFESSORES ESTÁ SENTINDO ESSA GREVE. SEM OS TÉCNICOS, ESTAMOS FAZENDO UM ESFORÇO DESCOMUNAL PARA MANTER O FUNCIONAMENTO (DA UNIVERSIDADE) ”



**Domenico Hur**  
Professor da FE

# Maioria prefere manter a greve

Não avanço das negociações com governo estende paralisação  
Categoria tem até 31 de agosto para tentar melhoria salarial

Fotos: Fábio Alves



Maioria decidiu por contraste (sem necessidade de contagem de votos) pela continuidade da greve: mobilização

Em uma das maiores assembleias realizadas este ano no país, 625 docentes decidiram no último dia 05 de agosto manter por tempo indeterminado a greve na UFG, que havia começado no dia 1º de agosto. A decisão foi por contraste – sem necessidade de contagem de votos. A assembleia ocorreu no Centro de Cultura e Eventos da UFG.

A decisão é efeito do não avanço das negociações com o governo federal. Durante julho, a rodada de reuniões da categoria com interlocutores dos ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e da Educação (MEC) não conseguiu melhorar a proposta de reajuste salarial de 21% em quatro anos, o que não cobre sequer a inflação.

“Outro motivo (para manter a greve) é que o governo se nega a discutir a reestruturação da carreira. Isso sabemos que não vai ocorrer esse ano, mas a proposta de reajuste tem que pelo menos cobrir a inflação”, diz o presidente da Adufg Sindicato, Flávio Alves da Silva.

O Proifés-Federação espera manter as negociações com o governo até 31 de agosto, prazo final para o Executivo enviar ao Congresso Nacional a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Depois disso, a interlocução fica restrita a parlamentares e, a depender do texto encaminhado, a greve pode tanto engrossar quanto perder sentido.

“A greve não começou em agosto, começou em maio, com os técnicos. Porque boa parte dos profes-

res está sentindo essa greve. Sem os técnicos, estamos fazendo um esforço descomunal para manter o funcionamento. Estamos fazendo muitos trabalhos que competem aos técnicos”, disse aplaudido o professor Domenico Hur, da Faculdade de Educação (FE).

“Eu tinha férias em julho, saí feliz, mas tive que voltar. No dia seguinte, alunos me ligando com problemas na matrícula. Sei que muitos não saíram de férias para suprir necessidades como essas. Sei que muitos estão na mesma situação. Há um déficit na universidade e nós somos sobrecarregados”, completou.

## Responsabilidade

“Sou professor da UFG há 32 anos e sei que temos que pensar com muita responsabilidade o que significa greve. Existem outros meios de luta, de pressão”, ponderou o professor Bryon Richard, do Instituto de Matemática e Estatística (IME).

“Na greve, a grande maioria dos professores vai pra casa. Um pequeno grupo continua dando aula e outro grupo trabalha algumas ideias”, disse, também aplaudido.

A assembleia também aprovou a formação de um comando local de greve (CLG), formado pela diretoria da Adufg Sindicato e dois representantes de cada unidade acadêmica. Além do presidente da Adufg, conduziram a mesa da assembleia o vice-presidente Daniel Christino e a também diretora Bartira Macedo.

## ‘Expansão foi mal planejada’, diz Flávio

“Claro que a situação financeira da UFG é preocupante e nós sabemos disso. Sabemos do arrocho e do momento do País. Mas o sindicato tem o papel lutar pelo direito dos sindicalizados”, afirma o presidente da Adufg, professor Flávio Alves da Silva. “Esse arrocho que estamos vivendo nas universidades não é função da crise internacional, nada disso. É efeito da expansão mal planejada. A universidade inchou”, diz. “Houve universidade que dobrou de tamanho, o caso da UFG,

mas que não teve o orçamento dobrado. Então a conta não fecha”, completa.

“É claro que a expansão foi importante, mas o critério foi mais político, pra gerar números, não se pensou no futuro, com planejamento”, critica.

Sete universidades federais decidiram não iniciar o segundo semestre por dificuldades financeiras e falta de condições de trabalho, já que docentes e técnico-administrativos deflagraram greves.

# Quase 80 docentes afastados

Setenta e seis professores e professoras tiveram licença concedida pelo Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (Siass-UFG) desde 2010 para tratamento de transtornos mentais ou comportamentais

Desde 2010, 76 docentes foram afastados da UFG para tratamento de saúde em que houve diagnóstico de transtorno mental ou comportamental. Os dados, do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (Siass-UFG), indicam a urgente necessidade de pesquisa que verifique como e em que condições a atividade pode impactar na saúde mental de professores. Os números do Siass, órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), indicam quantos professores foram afastados no período. Cada docente pode ter sido afastado mais de uma vez no ano (há casos de até quatro afastamentos ao ano). Os dados não indicam o período de afastamento. O máximo são 24 meses. Além disso, o servidor é aposentado por invalidez. O número de técnico-administrativos afastados é superior (veja quadro abaixo), sendo mais acometidos os servidores da saúde. “Pesquisas sobre o trabalho docente evidenciam que a exposição às condições de trabalho desfavoráveis está associada a doenças da voz, processos alérgicos, estresse, depressão, síndrome de Burnout, doenças da coluna cervical e outras”, diz Edinamar Santos da Silva, gestora do Siass, enfermeira e docente na Residência Multiprofissional em Saúde do HC-UFG. “A depressão é considerada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como doença dos professores”, acrescenta. Ela nos concedeu esta entrevista.

## Servidores afastados\*

### 2010

4	Outros servidores	3
	Docentes	1

### 2011

22	Outros servidores	15
	Docentes	7

### 2012

84	Outros servidores	66
	Docentes	18

### 2013

115	Outros servidores	92
	Docentes	23

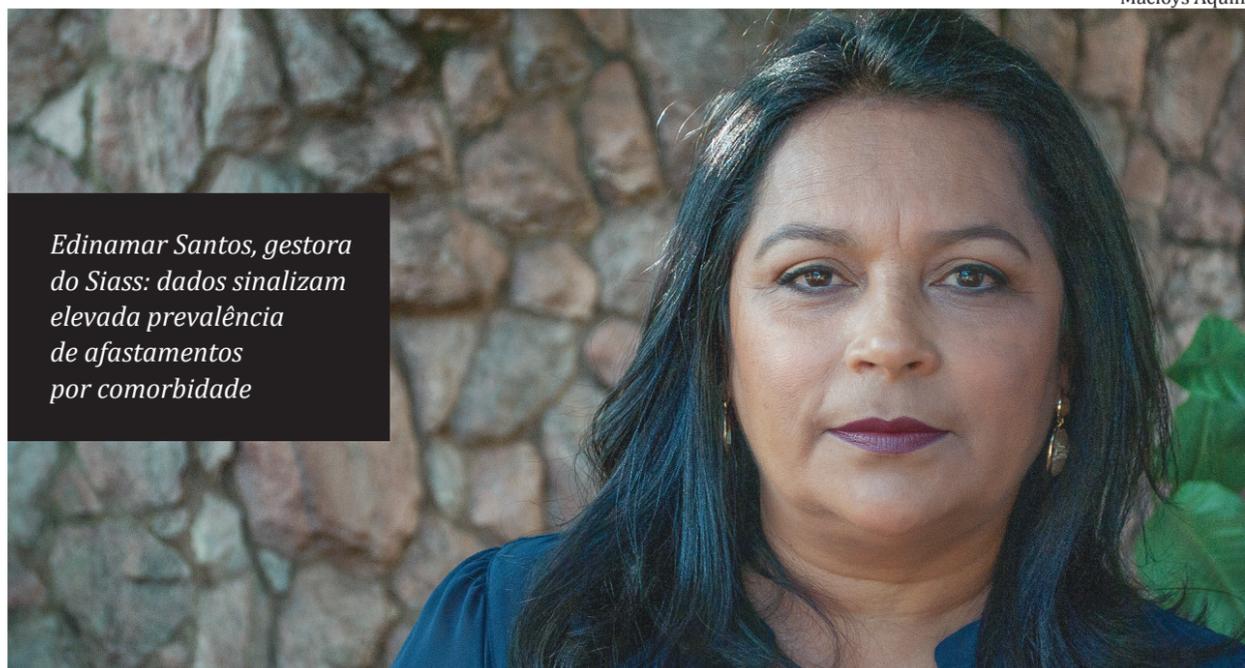
### 2014

113	Outros servidores	94
	Docentes	19

### 2015 (até 25/06)

47	Outros servidores	39
	Docentes	8

\*Licenças concedidas após perícia oficial. O recorte, do banco de dados do Siass-UFG, se refere aos afastamentos decorrentes dos estados de saúde do Grupo F que, de acordo com a Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID 10), corresponde a todos os transtornos mentais e comportamentais.



Edinamar Santos, gestora do Siass: dados sinalizam elevada prevalência de afastamentos por comorbidade

### Jornal do Professor - Qual o principal objetivo do Siass?

**Edinamar da Silva** - O objetivo é coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a Pass (Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal).

### JP - O trabalho docente pode ser fonte de adoecimento mental/comportamental?

**Edinamar** - Vários autores da área de Saúde Mental Relacionada ao Trabalho defendem que as alterações de saúde mental se dão a partir de vários aspectos, que vão desde uma exposição a agentes tóxicos, o que seria um fator pontual, até a complexa articulação de fatores relativos à organização do trabalho. As pesquisas internacionais mais frequentes estão relacionadas às doenças de voz dos professores, no entanto as pesquisas relacionadas aos grupos de patologias que mais os acometem indicam que são as doenças osteomuscular e os transtornos mentais/depressão. Quando analisamos na UFG isoladamente entre o grupo de CID (Classificação Internacional de Doenças) mais incidente, também temos esta confirmação.

Pesquisas sobre o trabalho docente evidenciam que a exposição às condições de trabalho desfavoráveis está associada a doenças da voz, processos alérgicos, estresse, depressão, síndrome de Burnout, doenças da coluna cervical e outras. Inclusive a depressão é considerada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como doença dos professores.

No cenário dos sistemas de ensino, o professor tornou-se protagonista do processo de melhorias e desenvolvimento da sociedade. Isso lhes imputa maior responsabilidade pelos resultados obtidos e a intensificação de seu trabalho. As modificações no contexto social também alteraram as exigências pessoais e do meio em relação à eficácia da atividade exercida pelo professor e isto tem exigido uma mudança de atitudes e posturas.

Tendo em vista que há teorias que concordam que os transtornos mentais têm uma etiologia multicausal em que conjuntos de diversos fatores interagem de modo complexo, mas também que essas mesmas teorias divergem sobre o papel do trabalho

no processo de adoecimento mental, considerando-o como determinante ou como fator desencadeante, a partir de uma estrutura preexistente, concordo com a classificação de Schilling (1984), de que o trabalho pode ocasionar um distúrbio latente, ou potencializar uma doença preexistente.

Assim, compreendo que o adoecimento de um modo geral resulta de um conjunto de processos físicos e psicológicos, enfatizando toda a dimensão invisível por traz destes mecanismos que geram ao longo do tempo o agravamento das doenças ocupacionais.

Por isso, acredito sim, que as pressões emocionais, funcionais, pessoais e sociais podem gerar patologias físicas e sintomas psíquicos e comportamentais, que prejudicam o desempenho laborativo e ocasionam problemas organizacionais e nas suas relações interpessoais, bem como impactar negativamente também no aluno e em toda comunidade escolar.

Os dados dos afastamentos de professores da UFG ocorridos dos últimos 5 anos sinalizam uma elevada prevalência de afastamento decorrentes de comorbidade caracterizada por diagnósticos de algum transtorno mental e comportamental. Isso indica a necessidade urgente de avaliar e acompanhar a incidência desses agravos em estudo com delineamento longitudinal considerando aspectos do contexto organizacional.

### JP - Em entrevista ao JP, o professor da FE Emílio Facas disse que as instituições de trabalho, incluindo a universidade, até se preocupam em tratar problemas mentais, mas não preveni-los. Como você vê essa questão?

**Edinamar** - A determinação dos mecanismos envolvidos na gênese/causa dos adoecimentos no trabalho é importante para práticas de prevenção aos agravos e promoção à saúde dos servidores. O nexo causal entre quadro clínico e a atividade é parte indissociável do diagnóstico de saúde dos trabalhadores e se fundamenta em uma anamnese ocupacional completa, em dados epidemiológicos, em relatórios das condições de trabalho e em visitas aos ambientes de trabalho. A afirmativa do professor Emílio Facas evidencia a urgência da institucionalização da PASS na UFG e confirma a importância da investigação do adoecimento dos seus servidores.

Macloys Aquino

# Química das abelhas

Maria José Almeida aplica conhecimento de pesquisa em disciplina especial

Abrir uma colmeia não parece bom negócio para muita gente, mas essa é uma das atividades que Maria José Almeida faz com sorriso estampado. “As abelhas que temos aqui não têm ferrão”, tranquiliza.

Estamos no meliponário do Cepae. A professora mostra as casas produzidas [em 1999] para os exames de espécies nativas do Cerrado – usadas para a aula “A Química das Abelhas”, ofertada a alunos do primeiro ao terceiro anos do ensino médio, desde 2006.

Quando uma das casas é aberta, centenas de abelhas passam a disputar nosso espaço. Umas se enroscam no cabelo, outras pousam na pele. “São reações de defesa. Não se preocupe. Não passa disso.” Com uma ternura de mãe, Maria José as recolhe. Como afago, as toca entre os dedos. Não há preocupação. Há carinho, respeito. Amor.

“Trabalho com abelhas desde que era estudante. Foram meu objeto de estudo no mestrado e no doutorado. Na UFG, como professora de química [há 21 anos], fiquei um pouco afastada. Quando houve a oportunidade de criação de disciplinas, juntei as duas coisas. É um projeto especial.”

As abelhas sem ferrão são Meliponíneos, nativas do Brasil [e de boa parte do continente americano]. As de ferrão são *Apis mellifera*, trazidas de outros continentes. “Meu objeto principal são as *Apis*. Mas em escola não podemos trabalhar com elas. Então, usamos as nativas.”

Existem mais de 300 espécies de abelhas nativas que não ferroam. Elas têm outros mecanismos para se defender: mordem ou se prendem no cabelo, que são agressões insignificantes quando comparadas com as ferroadas das *Apis*.

Além de mais sociável, a abelha nativa tem grande importância biológica. “Por ser daqui, ela é adaptada para polinizar espécies de plantas do Cerrado. Plantas que a *Apis mellifera* (a estrangeira) não é capaz”, explica.

A noção ambiental, situando a importância dessas abelhas, e a iniciação à pesquisa são os principais focos do curso. Os alunos fazem anotações regulares sobre o comportamento de cada uma das seis espécies do meliponário e, com dados em mãos, produzem gráficos comparativos de ações diversas.

A produção de mel das abelhas nativas é pequena. As estrangeiras é que são usadas para o cultivo. As brasileiras têm enxames de até cinco mil indivíduos, enquanto as outras chegam a 80 mil. “A gente não colhe mel aqui, apenas retiramos umas gotinhas para que os alunos sintam o gostinho.”



Maria José observa abelha que pousou em seu dedo: “É um projeto especial”

## Enxames estão em perigo

As abelhas estão envolvidas na produção de outros alimentos além do mel. Elas desempenham papel fundamental na polinização das plantas. É através da polinização que as flores são fecundadas, começando o desenvolvimento de frutos e sementes. De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), cerca de 2/3 do alimento que consumimos depende da polinização.

“Nos últimos anos, um problema pauta a apicultura e meliponicultura em todo o mundo: o desaparecimento e a morte massiva das abelhas. O Brasil e a América Latina começam a

se mobilizar frente aos diversos relatos de mortalidade de abelhas, de causas ainda controversas”, aponta o texto do site [semabelhasemalimento.com.br](http://semabelhasemalimento.com.br), dedicado à divulgação da importância desses animais.

A professora Maria José alerta que as abelhas correm risco de extinção, principalmente pelo uso abusivo de pesticida. Estudos apontam resquícios de veneno no pólen das plantas, que afetam as abelhas. “Em Goiás, temos relatos de mortes de apiários inteiros devido ao uso de defensivos agrícolas, principalmente perto de plantações de soja. Eles jogam o veneno de aviões.”

# Mudança de perspectiva

Curso estabelece relação horizontal entre índio e docente

O curso de Licenciatura Intercultural Indígena é provavelmente onde a verdade mais se relativiza na UFG. O encontro entre 19 etnias que ocupam o Vale do Araguaia com a universidade e a ciência é uma forte experiência de ampliação de horizontes, tanto para estudantes quanto para docentes.

O JP perguntou a Bianchi, vice-coordenador do curso, e a estudantes, em que o contato com indígenas ou com a universidade mudou sua visão de mundo. As respostas foram num mesmo rumo: aprender a ver a própria cultura em relação à cultura do outro, valorizar a diferença.

Fotos: Fábio Alves



**Carlos Bianchi** Vice-coordenador do curso

*“Cheguei à UFG e me deparei com outros mundos. Obrigatoriamente se passa por uma modificação. Isso aconteceu em sala de aula, conversando, com o contato direto com os índios.”*



**Marineusa Pryj** Krikati (Maranhão)

*“O conhecimento que tenho, não sabia o valor. Através da faculdade, mudou isso. Posso, agora, trabalhar em dois mundos, o do branco e o do índio.”*



**Mykori Tapirapé** Tapirapé (Mato Grosso)

*“Pensava eu que sabia tudo da minha cultura. A gente está estudando mais sobre a cultura do meu povo e também dos não índios. Estamos estudando mais para fortalecer nossa cultura.”*



**Dorcio Krikati** Krikati (Maranhão)

*“Acho que aumentei meu conhecimento de minha cultura. Não estava dando o valor que devia dar, achava que sabia demais. Estava no ritmo de perder minha cultura. Aqui vemos que nossa cultura é valiosa.”*



**Aryele** Tupirapé (Mato Grosso)

*Aryele, de 3 anos, esperava o pai, Hudson, que assistia aula. Ao lado da mãe, Elen, a pequena retribuiu com um belo sorriso a nossas tentativas de comunicação. Ela entende e fala apenas tupirapé.*



**Antônio Gomes** Guajajara (Maranhão)

*“Trabalho como professor. Na sala de aula, muito mudou. Não sabia definir direito as coisas para os alunos. Agora é diferente. E tem o contato com os outros índios. A gente aprende mais um com o outro.”*

## Coleção Vertentes

Lançadas no início de julho pela Editora UFG, essas cinco obras são vencedoras de edital lançado pelo selo todos os anos ímpares. São cinco categorias: romance, conto, teatro, poesia e literatura infanto-juvenil.

### Dias contados

**Celso Antonio Lopes da Silva** / Editora UFG / 192 páginas  
Ganhador na categoria Conto

### Caixa de guardar amor

**Lila Maia** / Editora UFG / 32 páginas  
Ganhador na categoria Prosa infantil

### Da capa ao fim

**Eliézer Bilemjian Ribeiro** / Editora UFG / 118 páginas  
Ganhador na categoria Poesia

### O excremento de Deus

**José Humberto da Silva Henriques** / Editora UFG / 80 páginas  
Ganhador na categoria Teatro

### Julgamento no Velho Chico

**Atílio Bari** / Editora UFG / 255 páginas  
Ganhador na categoria Romance

### Poemas Escolhidos

**Norma Simão Adad Mirandola** / Editora Kelps / 142 páginas

Norma Simão Adad Mirandola deixou seu livro de poemas para o melhor da maturidade intelectual. Professora da UFG e autora de livros de outros gêneros, Norma compôs poemas em linhas melódicas, com um jeito especial, para serem lidos em voz alta e serem recitados com as entonações da arte de dizer, diz o prefácio da obra, assinado por Gilberto Mendonça Teles.

### Veias e vinhos

**Miguel Jorge**  
/ Editora UFG / 312 páginas

Segundo romance de Miguel Jorge, foi publicado em 1981 pela Editora Ática com capa de Siron Franco. Recebeu prêmio de melhor romance do ano da Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA). Miguel Jorge parte de uma chacina que abalou Goiânia em 1957 e alimentou as crônicas policiais da época. Jorge penetra o mundo interior das personagens, com seus sonhos, seus ideais, seus medos, suas dúvidas, sua revolta. É quase impossível, do ponto de vista crítico, estabelecer o que é fato e o que é ficção no romance. Aqui, a Editora UFG apresenta uma nova edição da obra, romance que, há aproximadamente duas décadas se esgotou e que merece ser lido por uma nova geração de leitores.

# O salto da Faculdade de Farmácia

Fotos: Fábio Alves

Unidade é uma das que mais se desenvolveram na universidade nos últimos dez anos

A Faculdade de Farmácia é uma das unidades da UFG que mais se desenvolveu nos últimos 10 anos. Neste aniversário de 70 anos, a unidade se consolida como referência de produção científica na universidade e no cenário nacional, com inserção também internacional.

Fundada em 12 de outubro de 1945 como Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiaz, foi no final dos anos 90 que investiu na qualificação do seu quadro docente. Até 1997, havia apenas um professor doutor e um mestre. Ali começava a grande mudança.

“De lá para cá, 95% dos professores que entraram fizeram pós-graduação. Esse é um grande marco”, diz Clévia Ferreira, que dirigiu a unidade de 2003 a 2010, quando aposentou-se (hoje ela é coordenadora da Proad).

Em 2005, não havia curso de pós-graduação *stricto sensu*, apenas especializações. Hoje, a FF tem três programas de doutorado e dois de mestrado, com a incrível marca de 300 estudantes na pós-graduação, frente a 320 na graduação.

Além disso, é uma das unidades que mais interage com a sociedade, graças a programas de extensão como o da Farmácia Universitária e o Laboratório Rômulo Rocha, que atende pelo SUS. “A faculdade cresce em todos os aspectos. Das 450 faculdades entre federais e particulares do Brasil, estamos entre as 10 primeiras há vários”, diz Maria Teresa Bara, diretora da unidade.

## Comemoração

A FF tem extensa agenda para comemorar seus 70 anos. Haverá cerimônia na Câmara dos Vereadores, concurso de fotografia e poesia (para estudantes), jantar dançante, confecção de canecas comemorativas, além de plantio de sete árvores, uma para cada década, nos arredores do pátio da unidade, na Praça Universitária.

“É muito importante esse resgate histórico, para que todos conheçam o potencial da faculdade. É importante que as pessoas vejam como era antigamente, quem se engajou”, diz a professora Nathalie Dewulf, coordenadora das atividades comemorativas.



Nathalie Dewulf, coordenadora das atividades comemorativas do aniversário de 70 anos da FF: resgate histórico

## Mulher na direção só após 56 anos

Embora seja área tradicionalmente ocupada por mulheres, só após 56 anos de existência é que uma professora assumiu a direção da Faculdade de Farmácia. Desde a fundação, foram 14 professores e três professoras no comando da unidade, cuja época de maior desenvolvimento coincide com elas no comando.

Desde 2003, quando a primeira mulher, Clévia Ferreira, foi eleita, só professoras se revezam na direção. Clévia exerceu dois mandatos, de 2003 a 2010. Sua vice, Eula Costa, dirigiu a unidade de 2010 a 2014, e novamente sua vice tornou-se a atual diretora, a professora Maria Teresa Bara.

“É uma mudança cultural. Acho que fica assim por um bom tempo”, diz Maria Teresa. “Sempre houve mulheres competentes, mas só homens em cargos de direção. No meu discurso de posse eu fiz esse levantamento. “As mulheres conquistaram mais autonomia”, afirma. De 38 docentes, a FF tem hoje 22 mulheres e 16 homens.



Clévia Ferreira, primeira mulher a assumir a FF

## Nature publica trabalho de professora

Os mais importantes meios de divulgação científica do mundo, incluindo a revista *Nature Communications*, publicaram em julho o artigo da professora Eliana Martins Lima, da Faculdade de Farmácia da UFG. Ela é co-autora do artigo produzido a partir de pesquisa desenvolvida no Massachusetts Institute of Technology (MIT).

O estudo demonstra novo método que utiliza a luz ultravioleta para extrair e isolar moléculas contaminantes do solo e da água. Eliana foi para o MIT em um projeto de colaboração, para estudar nanopartículas para a fabricação de nanomedicamentos, sua área de atuação na UFG.

Durante a pesquisa, ela e os colegas encontraram um material que não se mostrou adequado à produção de medicamentos, mas que acabou servindo de base para a criação de um sistema capaz de eliminar resíduos tanto da indústria farmacêutica como de outros poluentes do meio ambiente. (Ascom-UFG)

Fotos: Macloys Aquino



# Patrono da Farmácia

Professor revisita unidade após 20 anos de aposentadoria e resgata memórias

“Ah, então é o senhor o professor da foto”, diz um jovem servidor, referindo-se à galeria dos ex-diretores, ao se deparar com Rui Hiroshi Yamada nos corredores da Faculdade de Farmácia.

Depois de 20 anos da aposentadoria, acompanhamos Rui em uma visita ao antigo prédio da unidade. Ele reconheceu cômodos, salas, o Laboratório Rômulo Rocha – que dirigiu por 14 anos – mas poucas pessoas.

Continuamos a caminhada, e ele, nostálgico, acaba ganhando um abraço do Ramias, servidor da sua época. “Sinto muito saudade, dos técnicos, dos professores. É uma satisfação muito grande reencontrar ex-alunos hoje professores”, diz.

Atravessamos a Praça Universitária e fomos juntos até o novo prédio da faculdade, agora ao lado do Museu Antropológico da UFG. Tudo ali é novo, mas Rui logo reencontra ex-colegas docentes.

Com a atual diretora, Maria Teresa Bara, ele troca ideia sobre as limitações do passado, sobre a importância da faculdade hoje. “Era preciso atravessar o Meia Ponte”, resgata frase que costumava propalar para colegas e alunos, quando diretor, so-

bre a necessidade de incentivar pesquisadores a saírem de Goiás para pós-graduação.

Durante sua gestão, Rui, que dirigiu a unidade de 1986 a 1990, fez revisão curricular, alinhando a faculdade à realidade da área no contexto nacional, e criou os cursos de especialização em Hematologia e Citologia Clínica, pontapés para os três doutorados e dois mestrados da unidade hoje.

## Filho de orientais

“Foi com grande emoção e humildade que recebi a escolha do meu nome, o que veio demonstrar que só um grande país, habitado por um grande povo, poderia permitir ascender ao mais alto posto diretivo de uma escola universitária, um filho de orientais, que aqui vieram e aqui edificaram a sua casa e sua família brasileira”, disse Rui, quando assumiu a direção da Faculdade de Farmácia.

Vindo de Nigata, Japão, no final dos anos 30, o fotógrafo Kurogu Yamada conheceu Chissa, vinda de Tóquio, no Paraná. Casaram-se. Dessa união nasceu Rui, em 1947.

“Sou grato à oportunidade de que o Brasil deu a minha família”, diz.

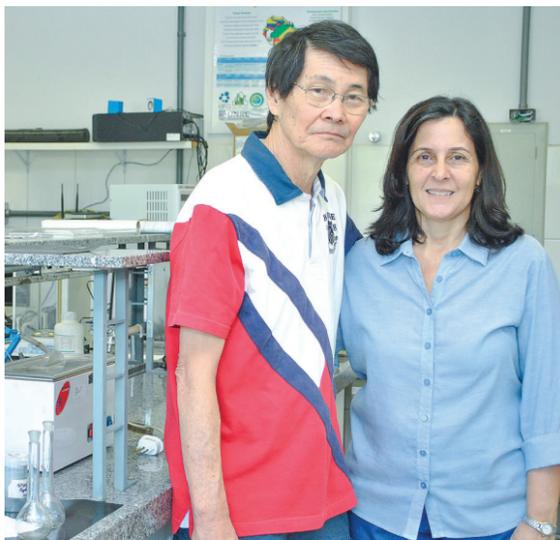
“SÓ UM GRANDE PAÍS, HABITADO POR UM GRANDE POVO, PODERIA PERMITIR ASCENDER AO MAIS ALTO POSTO DIRETIVO DE UMA ESCOLA UNIVERSITÁRIA, UM FILHO DE ORIENTAIS”

## Entusiasta da contribuição da UFG para a indústria

Reprodução



Rui criança, com uniforme da escola onde estudava em Londrina, Paraná, no início dos anos 50



Rui com a atual diretora da Faculdade de Farmácia, Maria Teresa Bara, em novo laboratório da unidade

Enquanto diretor, Rui Hiroshi foi grande entusiasta da contribuição da Faculdade de Farmácia para a indústria farmacêutica em Goiás, hoje umas das mais expressivas do país, e também para a saúde pública. “Na década de 80, avançamos muito. Inúmeros convênios forma firmados nos âmbitos municipal, estadual e federal”, diz.

Ele cita como exemplo o convênio com o antigo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), na área de análise clínica, ou com a an-

tiga Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), para a análise de merenda escolar e de outros alimentos.

“A Sema (Secretaria do Meio Ambiente) foi uma parceira na realização de estudos de substâncias tóxicas utilizadas na agricultura e junto com a Saneago foram realizadas pesquisas para tratamento de água”, relembra Rui.

Ex-diretor da Adufg Sindicato, Rui é casado com a professora aposentada da Emac, Dilma Barbosa Yamada, e assíduo frequentador do sindicato.